

Os múltiplos olhares sobre o processo de educação permanente na 1ª Coordenadoria Regional de Saúde: a consolidação da Comissão de Integração Ensino-Serviço - CIES

O presente escrito busca relatar uma experiência sobre o processo de consolidação da Comissão de Integração Ensino-Serviço – CIES enquanto um espaço de troca e de interação entre os diferentes sujeitos que constituem este espaço. Visa, a partir desse compartilhamento, apresentar alguns elementos significativos dessa existência, especialmente àqueles que podem ser tomados como avanços diante do contexto ainda dominado por outras lógicas e àqueles que persistem como desafios cotidianos.

A Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES) da 1ª Coordenadoria Regional de Saúde (1ª CRS) está em funcionamento desde o final de 2007, a partir da promulgação da Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007 (BRASIL, 2007), a qual dispõe sobre novas diretrizes e estratégias para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (EPS), instituindo as CIES em nível Estadual e Regional. Neste período, a CIES passou por diversos entraves e desafios, incluindo modificações na sua área de abrangência - de referência que anteriormente era formada por três regiões sanitárias, formando a CIES Metropolitana (1ª, 2ª e 18ª Coordenadorias Regionais de Saúde), passando apenas para uma, a 1ª CRS que é composta por 24 municípios, além de outras dificuldades como a representação dos diferentes segmentos.

Em 2007, o desconhecimento dos gestores e dos trabalhadores sobre o real papel da CIES e do próprio conceito de educação permanente, fez com que nossas ações fossem desenvolvidas de forma compartilhada entre todos os municípios, além de ampliar e diversificar a composição de seus integrantes. Com uma caminhada recente, um pouco mais de dois anos, mas, ao mesmo tempo, com o desenvolvimento de ações significativas na região, busca a participação efetiva dos segmentos: estudantes, trabalhadores, gestores, docentes de instituições de ensino e controle social. Assim, a CIES passa aos poucos a se constituir como um espaço de troca e de interação entre os diferentes sujeitos que compõe este espaço.

Nessa nova configuração, a socialização das atividades de educação permanente e o fortalecimento do próprio grupo da CIES, foram ações identificadas de fundamental importância para propiciar a continuidade das estratégias e o planejamento deste novo espaço. Para tanto, voltou-se para o estabelecimento do cronograma de reuniões, criação de

regimento, definição e constituição de uma secretaria executiva, como também, a busca de compreensão sobre os aspectos administrativos e financeiros para o estabelecimento de outra lógica de funcionamento para melhor atender nossas necessidades.

O processo de construção dos projetos dialoga com os objetivos propostos pela política de EPS, considerando alguns aspectos importantes como: o envolvimento e a participação dos diferentes segmentos, a real necessidade da ação proposta, a ruptura com a oferta de projetos prontos, a possibilidade de mudanças e melhorias institucionais baseadas na análise e reflexão dos processos de trabalho, em seus problemas e desafios. Nessa composição os pressupostos da Educação Permanente orientam e embasam a atuação das Comissões. Trabalhar na lógica de educação permanente, nos remete repensar os processos de ensino e de aprendizagem implicados aos processos de trabalho em saúde, compreendendo essa relação como uma aprendizagem voltada para melhoria da atenção à saúde, pois problematiza, analisa e reflete as práticas e a organização do trabalho dando significado as ações.

Para tanto, cabe ressaltar a importância metodológica que vai desde o processo de elaboração coletiva dos referidos projetos, como também, nas próprias atividades desenvolvidas na regional. Estas metodologias priorizam o diálogo, a participação de todos, os múltiplos olhares, a troca de experiências entre as diferentes realidades, a sensibilização e a construção de conhecimentos.

Nesse sentido, podemos destacar alguns projetos importantes que foram desenvolvidos neste período, como as **Rodas de Educação Permanente**. Esse projeto foi criado, coordenado e executado pela própria CIES, abarcando todos os 24 municípios da região, em grupos de cinco, totalizando cinco Rodas. Objetivava, primordialmente, socializar e aprofundar conceitualmente a EPS nos municípios, de forma que as estratégias e ações adotadas fossem pertinentes às demandas e ao contexto de cada localidade. Contou com a presença e a discussão dos serviços de saúde, gestão, instituições formadoras, estudantes e controle social. Buscou, também, incentivar a formação de Núcleos Municipais de Educação e Saúde Coletiva (NUMESC), conforme a experiência existente em alguns municípios.

Outra ação que merece destaque é a construção do Plano Regional de Educação Permanente que é realizado anualmente e que compõem, mais tarde, o Plano Estadual de EPS. Esta ação que primeiramente pode ser caracterizada como burocrática, mas ganha, no seu

processo de construção, uma nova característica: a multiplicidade de olhares e de experiências.

Com o envolvimento do conjunto dos seus integrantes, o Plano vai agregando as reais necessidades da população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS e as potencialidades para a superação de dificuldades que se apresentam nas práticas cotidianas de saúde. A partir daí, as ações são desenvolvidas, mesmo com as inúmeras dificuldades operacionais e de ordem administrativas. Estas ações, por sua vez, promovem o envolvimento do grupo e dos segmentos que representam. De fato, é uma parceria que faz um movimento positivo na região, pois, a cada dia, o espaço de reuniões sistemáticas vem ganhando mais legitimidade, tanto em número de participantes como nas discussões promovidas.

Percebe-se que a diversidade e o protagonismo dos diferentes segmentos ali representados estão explicitados nesta construção coletiva, pois tenta respeitar as necessidades e os acordados definidos conjuntamente. Desta forma, Podemos destacar outros projetos para exemplificar: Formação Básica para os Trabalhadores do SUS, Fortalecimento do Controle Social nos Municípios, Estruturação da CIES, Rodas de Educação Permanente em Saúde Indígena, Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do SUS, Encontro Regional de Experiências Exitosas de Educação Permanente em Saúde, Encontro do Movimento Estudantil da Saúde e outros.

Quanto às demandas de EPS, estas surgem por diversos canais, onde é possível fazer uma escuta qualificada para atender as necessidades e as expectativas do sistema. Algumas vezes, surgem demandas de capacitação apresentadas pelos Secretários de Saúde nas reuniões dos Colegiados de Gestão Regional (COGERE). Outras surgem nas reuniões internas da CIES, apresentadas pelo próprio grupo ou, então, das atividades realizadas na regional. De qualquer forma, toda a demanda é acolhida e sistematizada no Plano Regional para que mais tarde se expresse em uma ação efetiva.

Nas Rodas de Educação Permanente ocorreram diversas discussões, onde foram apontadas algumas necessidades em relação à educação permanente na coordenadoria, gerando assim outras ações. Dentre elas, podemos citar a importância de uma maior articulação com movimento social, o que sinalizou a construção de vários projetos: Rodas de Educação Permanente no Controle Social, Saúde Indígena, Humanização e outras articulações com as políticas de saúde.

A partir dessas demandas, são constituídos grupos temáticos responsáveis pela elaboração dos projetos, que após são discutidos na secretaria executiva e apresentados em Assembléia Geral. Somente após esta etapa, os projetos são encaminhados ao COGERE para discussão e aprovação. Depois, seguem os trâmites legais que são: encaminhamento a CIES Estadual, a Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e ao Conselho Estadual de Saúde.

Já em relação à execução dos projetos a dificuldade ainda é muito grande por conta da inexistência de forma autônoma da CIES, bem como da busca de inovações nas formas de construir esse espaço e seus produtos. Um dos elementos centrais da CIES é a construção conjunta de ações, inclusive com a participação de instituições que, de alguma forma, executam alguns projetos e, sendo assim, é no mínimo polêmico porque as determinações legais acabam, muitas vezes, inviabilizando essas ações, pois não estão adequadas para atender os objetivos propostos.

Estas são apenas algumas considerações sobre a experiência de uma CIES do estado do Rio Grande do Sul. Muito ainda precisa ser construído na área da Educação Permanente em Saúde. Muito ainda precisa ser conversado, apre(e)ndido, discutido, incorporado numa prática que somente o cotidiano mostrará avanços no fazer da saúde. Entretanto, a principal característica da CIES da 1ª CRS é não se pautar pela lógica de cursos verticalizados, segmentados, vindos de interesses corporativos. A lógica é de trabalhar com todos os atores dos diversos segmentos, integrando-os e buscando avançar na política de uma forma coesa e significativa, onde os recursos e os investimentos públicos também são aplicados nesta perspectiva, de melhoria e de qualificação dos serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde.